

História da historiografia no Brasil: da Civilização nos trópicos à Nação no Brasil.

History of historiography in Brazil: from the Civilization in tropics to the Nation in Brazil.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 284 p.

Em 1988, a revista *Estudos Históricos* publicou seu primeiro número e, desde então, tem sido publicada ininterruptamente pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC - FGV). Nesse número inaugural, intitulado *Caminhos da historiografia*, a revista publicou artigos importantes que compartilhavam um conjunto de preocupações referentes à história da historiografia e seus desenvolvimentos. Entre tais artigos, um nos interessa em particular: *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*, de autoria do professor Manoel Luiz Salgado Guimarães.

Em *Nação e Civilização nos trópicos*, Manoel Salgado dissertou sobre como a “construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional” estiveram intrinsecamente vinculadas ao processo de construção e de consolidação do Estado nacional brasileiro durante o Segundo Reinado. Segundo o autor, isso ocorreu especificamente através da fundação, das práticas e dos discursos emanados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838.

Nesse sentido, o conceito de *lugar social* da produção historiográfica exerceu uma função fundamental na estruturação do texto de Manoel Salgado. Segundo Michel de Certeau, autor do conceito articulado pelo professor Guimarães, é a partir do *lugar social* “que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. Dessa forma, o IHGB pode ser pensado como uma instância de determinação do caráter da produção historiográfica brasileira em torno da questão da formação do Estado e da Nação brasileiros ao longo do século XIX.

Discursos articulados por outros importantes autores também podem ser percebidos no decorrer do referido artigo. As reflexões de Ernst Cassirer sobre o Iluminismo, de Norbert Elias sobre o *processo civilizador*, de Michel Foucault sobre a natureza discursiva dos textos, além do trabalho sobre semântica dos conceitos históricos, especialmente sobre o conceito de *historia magistral vitae*, de Reinhart Koselleck, deixaram marcas profundas na composição

do pensamento de Manoel Salgado. Entretanto, a produção e a reflexão historiográficas presentes em *Nação e Civilização nos trópicos* é somente uma parte do trabalho realizado pelo professor Salgado Guimarães.

Em 1987, Guimarães defendeu sua tese de doutoramento na Universidade Livre de Berlim, sob a orientação do professor Hagen Schulze, intitulada *A escrita da história no século XIX. Historiografia e nação no Brasil (1838-1957)*. Entretanto, a tese do professor Manoel Salgado, originalmente escrita em idioma alemão, permaneceu inédita para o público brasileiro durante muitos anos.

Agora, neste ano de 2011, tal tese foi enfim traduzida para publicação pelo professor Paulo Knauss e por Ina de Mendonça. Publicada com o título de *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)* – antigo subtítulo que virou título – pela editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a obra escrita de Manoel Guimarães se encontra completamente disponível para o público leitor de língua portuguesa. Até então, o artigo de 1988 foi, amiúde, considerado uma síntese da tese de doutoramento de 1987. Todavia, embora ambos os textos apresentem interseções, adjacências e similaridades, um não se reduz ao outro.

Apesar do eixo central de preocupação intelectual ser consideravelmente o mesmo, *Historiografia e Nação no Brasil* apresenta, por exemplo, como parte constitutiva fundamental de sua estruturação argumentativa, uma bastante elaborada revisão bibliográfica em seu capítulo introdutório. Dessa forma, o autor ofereceu não apenas uma revisão bibliográfica como de praxe em textos de teses, mas uma análise das diferentes formas e perspectivas segundo as quais alguns temas recorrentes, como as questões do Estado, da Nação ou da escravidão, foram articulados previamente ao longo de uma produção historiográfica que incluiu desde trabalhos dos autores do “Redescobrimento do Brasil”, na canônica expressão de Carlos Guilherme Mota, a saber, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, até outros mais recentes como Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Barrington Moore. Claro que nem todos os autores tratados por Manoel Salgado Guimarães se ocuparam estrita e especificamente das questões da formação do Estado e da Nação, tampouco eram muitos deles historiadores de profissão, mas é justamente isso que nos leva a perceber a importância central de seu livro: a falta de estudos dedicados a compreender a própria produção historiográfica, seus métodos, formas de escrita e preocupações.

Entretanto, é necessário dizer ainda que a referida falta de estudos sobre a história da historiografia brasileira não significava sua inexistência, mas antes, que tal campo de estudos era restrito. Nesse sentido, Manoel Salgado citou como exemplos de estudos importantes *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*, de Maria Odila da Silva Dias; *João*

Francisco Lisboa: jornalista e historiador, de Maria de Lourdes Janotti; além da vasta obra de José Honório Rodrigues. O que de certa forma parecia agravar tal estado de insuficiência de estudos era o fato de que as preocupações dos historiadores acima citados tangiam antes as relações entre autores, obras e contextos sócio-políticos, do que as questões mais estritamente vinculadas a determinadas práticas historiográficas e condições variadas de sua produção. Assim, a revisão crítica proposta por Manoel Salgado Guimarães se constituiu não apenas um instigante esquema sobre a produção historiográfica brasileira de até então, mapeando seus méritos, limitações, escolhas e eixos de discussão, mas principalmente, para mostrar que faltavam estudos que se dedicassem de forma específica ao fazer historiográfico, com suas consequentes relações institucionais, discursivas e de poder.

Por outro lado, ao contrário de *Nação e Civilização nos trópicos*, *Historiografia e Nação no Brasil* não se limitou a uma reflexão sobre o IHGB e seus respectivos discursos e práticas historiográficas, mas antes, tomou tais objetos como parte de uma reflexão maior sobre como e por que o ofício do historiador e seus artefatos intelectuais produziram e ainda produzem determinadas ideias de Nação e identidades nacionais, como atestam o primeiro e o último capítulos.

Um ponto importante das preocupações de Guimarães repousou especificamente sobre o “questionamento das razões que fizeram com que a sociedade brasileira do século XIX sentisse necessidade da historiografia, tendo optado por uma organização na forma similar das academias, o IHGB”. Tal necessidade de determinados grupos de elite estava articulada à questão da consolidação do Estado e da Nação brasileiros. É nesse ponto que os textos de 1987 e 1988 se tocam, pois ambos trazem um estudo fundamental sobre a historiografia brasileira do século XIX produzida pelo IHGB e por um de seus mais famosos membros, Francisco Adolfo de Varnhagen.

Quanto ao aparato teórico que sustenta as reflexões da tese de Salgado, convém observar que os argumentos e ideias de autores já citados em relação ao caso de *Nação e Civilização nos trópicos* – a saber, Ernst Cassirer, Norbert Elias, de Certeau, Foucault e Koselleck –, são recorrentes para a construção de *Historiografia e Nação no Brasil*.

Todavia, antes de se constituir em qualquer espécie de artefato de consagração, esta resenha pretende apresentar uma visão crítica do livro em questão, o que, acredito, satisfaria muito mais o professor Manoel Salgado por tornar manifesto o quanto seus trabalhos colaboraram e ainda colaboram com todo um processo de formulação de novas questões acerca dos estudos sobre a história da historiografia brasileira.

Diante do grande volume de autores e obras que foram discutidos por Guimarães ao longo das páginas de seu livro – desde os fundadores do IHGB e Varnhagen até autores como os previamente citados Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Odila da Silva Dias e Maria de Lourdes Janotti, por exemplo –, creio que uma crítica pertinente seria a de nos questionarmos acerca da ausência de uma análise mais aprofundada em relação a autores que estiveram situados entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do XX. Obviamente que Manoel Salgado não desconsiderou a importância de tais autores, mas justamente por isso acredito que historiadores como Capistrano de Abreu mereceriam uma análise mais complexa. Na página de número 54 de *Historiografia e Nação no Brasil*, consta que:

A difusão da concepção de história – tanto a do Instituto como a de Varnhagen, que era um homem do Instituto – influenciou, em grande medida, toda a historiografia brasileira até os anos 1930. Somente a partir dessa época novos pressupostos metodológicos colocaram em questão a metodologia estabelecida, tal como já exposto no início.

Logo em seguida, Guimarães afirmou que tal quadro somente se alterou com o surgimento das produções de Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, contando ainda com a fundação da Universidade de São Paulo e os benefícios de seu aparato institucional.

A questão aqui sugerida não é no sentido de negar o papel de viragem paradigmática representado pelas obras dos autores em questão, mas antes, de propor uma ampliação dessa perspectiva e indagar até que ponto os textos de Capistrano de Abreu, por exemplo, já não apresentariam consideráveis novidades quanto à perspectiva do surgimento de “novos pressupostos metodológicos” e teóricos a partir dos anos finais do século XIX até a segunda metade da década de 1920. Com certeza a obra de Capistrano de Abreu ainda era imensamente devedora da concepção de história elaborada pelo IHGB e por Varnhagen, mas ao mesmo tempo, não se restringia à mera reprodução dos parâmetros teóricos e metodológicos instituídos por esses. Uma das mais conhecidas críticas de Capistrano à *História geral do Brasil* diz respeito ao não recurso por parte de Varnhagen aos conhecimentos difundidos pela nova disciplina identificada sob o nome de Sociologia. Ora, os estudos de Abreu são em grande parte célebres em função de suas apropriações e usos dessas novas disciplinas e conhecimentos, por mais que seus discursos históricos ainda estivessem em grande medida, lastreados no conjunto de enunciados emanados do IHGB e de Varnhagen.

De certa forma, podemos observar na referida obra de Manoel Salgado, a reverberação de parte da crítica realizada, por exemplo, por Caio Prado Júnior em seu livro *a Evolução Política do Brasil*, àqueles historiadores “preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras” –, que haveriam negligenciado “quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história”. Como se apenas o marxismo, e não, por exemplo, a geografia alemã apropriada por Capistrano de Abreu, se constituísse em “novos pressupostos metodológicos” como afirmou o autor.

Uma última inquietação diz novamente respeito a Capistrano de Abreu. No capítulo quarto, intitulado *Francisco Adolfo de Varnhagen*, mais especificamente no item *O surgimento do mito de Varnhagen como “pai da historiografia brasileira”*, Manoel Salgado Guimarães discutiu a importância da obra do Visconde de Porto Seguro em relação ao processo de construção historiográfica da nação brasileira e a consequente sacralização de Varnhagen como “‘fundador’ e / ou ‘pai’ [da historiografia nacional], apesar de sua obra, vista meramente em ordem cronológica, não ter sido a primeira descrição global da história do Brasil”.

O que chama a atenção é o fato de que o autor sequer comentou os dois artigos de Capistrano de Abreu em relação à instituição de Varnhagen como fundador da historiografia brasileira, textos os quais, de certa forma, colaboraram imensamente para tal processo de consagração de Varnhagen. Um desses textos, datado de 1878, foi denominado *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, no qual Capistrano de Abreu discutiu brevemente a vida e a obra do Visconde; o outro é o artigo publicado em 1882 e intitulado *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, onde realizou uma avaliação crítica ampla acerca da historiografia brasileira. Nesses textos Capistrano expôs o que, segundo sua opinião, era a forma mais apropriada de se escrever a história do Brasil, reconhecendo em Varnhagen, apesar das críticas, o maior historiador brasileiro até aquele momento. Em segundo lugar, Capistrano colocou João Francisco Lisboa. Apesar do importante trabalho realizado por Lisboa, de descoberta de documentos originais e inéditos nos arquivos europeus, o qual contou inclusive com o apadrinhamento do então “mestre” Varnhagen. Na opinião de Capistrano de Abreu ele não teria superado o autor da *História geral do Brasil* por ter escrito antes uma história “das municipalidades”. Curiosamente, Guimarães cita João Francisco como um dos autores contemporâneos que reconheceram Varnhagen como “pai da historiografia brasileira”, mas não discute que, à época, a recepção da *História geral* não foi unânime entre a elite letrada do Império.

Conforme afirmado anteriormente, tais críticas não visam diminuir todo o imenso mérito da obra do professor Manoel Salgado Guimarães, mas antes, incentivar a leitura de um livro que, longe de estar superado, ainda nos fornece inúmeras e importantes informações e questionamentos acerca de como a historiografia brasileira no século XIX foi produzida, principalmente no que tange a questão da formação do Estado e da nação. Acima de tudo, *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)* se constitui como leitura bastante pertinente da obra de um historiador que, de certa forma, abriu as portas para inúmeros pesquisadores que passaram a se preocupar com a escrita da história e suas vicissitudes.